



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125454 - RJ (2020/0078777-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : S M DOS R (PRESO)
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES - RJ054304
FABRICIO NEMETALA GUIMARÃES - RJ183187
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : J DE S M
CORRÉU : O J DA S N
CORRÉU : G J R N
CORRÉU : L F X
CORRÉU : C H V DA S
CORRÉU : J M DE S M
CORRÉU : R P S
CORRÉU : M S J
CORRÉU : A F DE O J
CORRÉU : M P DE A
CORRÉU : C J D
CORRÉU : C R DE S
CORRÉU : M C M DE S
CORRÉU : L DA S
CORRÉU : J M C
CORRÉU : E R DE P
CORRÉU : T B DE S
CORRÉU : G DE S N
CORRÉU : C DE S N
CORRÉU : L R
CORRÉU : L DE S C
CORRÉU : F M C
CORRÉU : R G R
CORRÉU : D D F M
CORRÉU : I R DA S
CORRÉU : C H M P
CORRÉU : A DE O J
CORRÉU : V A R DA S
CORRÉU : W DA S M
CORRÉU : T DOS S F

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, bem como a senha de acesso para consulta ao processo, se houver, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator